

Livro: As Seis Lições
Autor: Ludwig Von Mises

PRIMEIRA LIÇÃO: O CAPITALISMO
SEGUNDA LIÇÃO: O SOCIALISMO
TERCEIRA LIÇÃO: O INTERVENCIONISMO
QUARTA LIÇÃO: A INFLAÇÃO
QUINTA LIÇÃO: O INVESTIMENTO ESTRANGEIRO
SEXTA LIÇÃO: POLÍTICA E IDEIAS

PREFÁCIO

O economista Ludwig von Mises (1881- 1973) foi o mais obstinado portador da chama da liberdade no século XX, sendo denominado "o último cavaleiro do liberalismo" por seu principal biógrafo, o professor Jörg Guido Hülsmann e reconhecido como o mais importante expoente da Escola Austríaca de Economia. Sua biografia revela uma vida dedicada à luta intransigente em defesa das liberdades individuais e do livre mercado, desafiando tanto as experiências totalitárias do comunismo soviético, do fascismo e do nazismo quanto o crescente intervencionismo dos regimes democráticos.

Nasceu na cidade de Lemberg, atualmente Lviv na Ucrânia, que na época fazia parte da Áustria-Hungria. Aos 5 anos de idade a família se mudou para a Viena, na Áustria.

Ao ingressar como aluno na Universidade de Viena, o jovem Ludwig von Mises era um defensor do intervencionismo estatal. Influenciado pelo professor marxista Carl Grünberg (1861-1940) aderiu às teorias da chamada Escola Historicista Alemã de Economia. A mudança de perspectiva ocorreu ao frequentar as aulas de Eugen von Philippovich (1858-1917) e por intermédio da leitura do trabalho fundador da denominada Escola Austríaca de Economia, o livro Princípios de Economia Política de Carl Menger (1840-1921), que fizeram Mises rapidamente se tornar um adepto do liberalismo.

Hayek foi aluno de Mises.

No final de 1937, Ludwig von Mises pensava em retornar para Viena por conta de dificuldades financeiras na instituição que estava lecionando em Genebra. Em março de 1938, foi à Viena com o objetivo de preparar as bodas com Margit. Entretanto, ao tomar conhecimento de que estava na lista negra dos nazistas, retornou às pressas para Genebra da manhã de 11 de março. Naquele mesmo dia, Heinrich Himmler (1900- 1945), o comandante da SS, a poderosa organização paramilitar nazista, chegou em Viena para capturar alguns adversários e confiscar suas propriedades. Em 13 de março, mesma data em que ocorreu a anexação da Áustria pela Alemanha, o apartamento de Mises na cidade de Viena foi arrombado pelos nazistas, que confiscaram todos os seus objetos pessoais, obras de arte, sua biblioteca, sua correspondência e manuscritos de seus trabalhos. O economista austríaco jamais voltaria a ver os seus pertences, e até o fim da vida acreditou que suas obras haviam sido destruídas. Após o fim da guerra, os bens encaixotados foram encontrados pelos soviéticos em um vagão de trem na região da Boêmia, na atual República Tcheca, sendo enviados para um arquivo secreto em Moscou, cuja existência foi revelada apenas em 1991, dezoito anos depois da morte de Mises e dois anos antes de Margit falecer. Alguns de seus ensaios desaparecidos foram publicados em inglês, entre os anos de 2000 e 2012, em uma coletânea de três volumes organizada por Richard M. Ebeling.

Em 3 de agosto de 1940, aos 58 anos de idade, Ludwig von Mises chegou nos Estados Unidos, fugido da Segunda Guerra Mundial, com pouquíssima bagagem, uma pequena poupança e nenhum contrato de trabalho. Além da idade avançada, a rejeição generalizada às suas ideias não contribuiu para uma boa colocação profissional, visto que o ambiente ideológico era dominado pelo intervencionismo: no plano das ideias pelas teorias econômicas de John Maynard Keynes (1883-1946) e na prática política pelos programas do New Deal implementado pela administração de Franklin Delano Roosevelt (1882- 1945). As tentativas de conseguir emprego como professor em universidades foram frustradas. As oportunidades que surgiram foram para trabalhar no departamento de planejamento do governo, em que ele se recusou por ir de encontro aos seus ideais. Acabou se posicionando no início como escritor de um editorial para um jornal, depois consultor, palestrante e finalmente como professor visitante da NYU.

Este livro é a transcrição integral de seis palestras ministradas pelo economista austríaco em Buenos Aires em 1959. Este trabalho pode ser considerado uma das melhores introduções ao pensamento econômico, político e social de Ludwig von Mises.

Na ocasião, Mises havia chegado à Argentina poucos meses depois que Juan Domingo Perón (1895-1974) fora forçado a deixar o país. Ele governara desastrosamente e destruíra por completo as bases econômicas da Argentina. Seu sucessor, Eduardo Lonardi (1896-1956), não foi muito melhor. A nação estava pronta para novas ideias.

As conferências foram proferidas em inglês, no auditório da Universidade de Buenos Aires para uma plateia de estudantes. Mises falou sem nenhuma restrição sobre capitalismo, socialismo, intervencionismo, comunismo, fascismo, política econômica e sobre os perigos da ditadura. Aquela gente jovem que o ouvia não sabia muito acerca de liberdade de mercado ou de liberdade individual, em tempos que a repressão impedia qualquer manifestação como aquela. Era como se uma janela tivesse sido aberta e o ar fresco tivesse podido circular pelas salas.

PRIMEIRA LIÇÃO: O CAPITALISMO

Duzentos anos atrás, antes do advento do capitalismo, o status social de um homem permanecia inalterado do princípio ao fim de sua existência: era herdado dos seus ancestrais e nunca mudava. Se nascesse pobre, pobre seria para sempre; se rico - lorde ou duque -, manteria seu ducado, e a propriedade que o acompanhava, pelo resto dos seus dias.

Este é o princípio fundamental do capitalismo tal como existe hoje em todos os países onde há um sistema de produção em massa extremamente desenvolvido: as empresas de grande porte, alvo dos mais fanáticos ataques desfechados pelos pretensos esquerdistas, produzem quase exclusivamente para suprir a carência das massas. E, hoje, os empregados das grandes fábricas são, eles próprios, os maiores consumidores dos produtos que nelas se fabricam. Esta é a diferença básica entre os princípios capitalistas de produção e os princípios feudais de épocas anteriores.

Empresas servem aos clientes.

O capitalismo eleva os padrões de vida. A velha história famosa, repetida centenas de vezes, de que as fábricas empregavam mulheres e crianças que, antes de trabalharem nessas fábricas, viviam em condições satisfatórias, é um dos maiores embustes da história. As mães que trabalhavam nas fábricas não tinham o que cozinhar: não abandonavam seus lares e suas cozinhas para se dirigir às fábricas - corriam a elas porque não tinham cozinhas e, ainda que as tivessem, não tinham comida para nelas cozinhar. E as crianças não provinham de um ambiente confortável: estavam famintas, estavam morrendo. E o tão falado e indescritível horror do capitalismo primitivo pode ser refutado por uma única estatística: precisamente nesses anos de expansão do capitalismo na Inglaterra, no chamado período da Revolução Industrial inglesa, entre 1760 e 1830, a população do país dobrou, o que significa que centenas de milhares de crianças - que em outros tempos teriam morrido sobreviveram e cresceram, tornando-se homens e mulheres.

Não há dúvida de que as condições gerais de vida em épocas anteriores eram muito insatisfatórias. Foi o comércio capitalista que as melhorou. Foram justamente aquelas primeiras fábricas as que passaram a suprir, direta ou indiretamente, as necessidades de seus trabalhadores, por intermédio da exportação de manufaturados e da importação de alimentos e matérias-primas de outros países.

Hoje, nos países capitalistas, há relativamente pouca diferença entre a vida básica das chamadas classes mais altas e a das mais baixas: ambas têm alimento, roupas e abrigo. Mas no século XVIII, e nos que o precederam, o que distinguia o homem da classe média da classe baixa era o fato de o primeiro ter sapatos, e o segundo, não.

Não é a companhia cinematográfica de Hollywood que paga os salários de um astro das telas; quem os paga é o público que compra ingresso nas bilheterias dos cinemas. E não é o empresário de uma luta de boxe que cobre as enormes exigências de lutadores laureados, mas sim a plateia, que compra entradas para a luta.

No capitalismo, o acúmulo de capital (poupança) é algo positivo que beneficia a todos, pois se o recurso for alocado em uma instituição financeira, ela irá prover esse capital na forma de empréstimo para outros empresários criarem negócios, contratar pessoas, comprar maquinário e assim prover renda a mais pessoas.

SEGUNDA LIÇÃO: O SOCIALISMO

Os pretensos liberais de nossos dias sustentam a ideia muito difundida de que as liberdades de expressão, de pensamento, de imprensa, de culto e contra de encarceramento sem julgamento podem, todas elas, ser preservadas mesmo na ausência do que se conhece como liberdade econômica. Não se dão conta de que, num sistema desprovido de mercado, em que o governo determina tudo, todas essas outras liberdades são ilusórias, ainda que postas em forma de lei e inscritas na constituição.

Tomemos como exemplo a liberdade de imprensa. Se for dono de todas as máquinas impressoras, o governo determinará o que deve e o que não deve ser impresso. Nesse caso, a possibilidade de publicar qualquer tipo de crítica às ideias oficiais torna-se praticamente nula. A liberdade de imprensa desaparece. E o mesmo se aplica a todas as demais liberdades.

Quando há economia de mercado, o indivíduo tem a liberdade de escolher qualquer carreira que deseje seguir, de escolher seu próprio modo de inserção na sociedade. Num sistema socialista é diferente: as carreiras são decididas por decreto do governo. Este pode ordenar às pessoas que não lhe sejam gratas, àquelas cujas presenças não lhe pareçam conveniente em determinadas regiões que se mudem para outras regiões e outros lugares.

É verdade que a liberdade possível numa economia de mercado não é uma liberdade perfeita no sentido metafísico. Mas a liberdade perfeita não existe. É só no âmbito da sociedade que a liberdade tem algum significado.

O fato é que, no sistema capitalista, os chefes, em última instância, são os consumidores. Não é o Estado, é o povo que é soberano. Prova disto é o fato de que lhe assiste o direito de ser tolo. Este é o privilégio do soberano. Assiste-lhe o direito de cometer erros: ninguém o pode impedir de cometê-los, embora, obviamente, deva pagar por eles. Quando afirmamos que o consumidor é supremo ou soberano, não estamos afirmando que está livre de erros, que sempre sabe o que melhor lhe conviria. Muitas vezes os consumidores compram ou consomem artigos que não deviam comprar ou consumir.

Mas a ideia de que uma forma capitalista de governo pode impedir, por meio de um controle sobre o que as pessoas consomem, que elas se prejudiquem, é falsa. A visão do governo como uma autoridade paternal, um guardião de todos, é própria dos adeptos do socialismo.

A partir do momento em que começamos a admitir que é dever do governo controlar o consumo de álcool do cidadão, que podemos responder a quem afirme ser o controle dos livros e das ideias muito mais importante?

Liberdade significa realmente liberdade para errar. Isso precisa ser bem compreendido. Podemos ser extremamente críticos com relação ao modo como nossos concidadãos gastam seu dinheiro e vivem sua vida. Numa sociedade livre, todos têm, no entanto, as mais diversas maneiras de manifestar suas opiniões sobre como seus concidadãos deveriam mudar seu modo de vida: podem escrever livros; escrever artigos; fazer conferências. Podem até fazer pregações nas esquinas, se quiserem e faz-se isso, em muitos países. Mas ninguém deve tentar policiar os outros no intuito de impedi-los de fazer determinadas coisas simplesmente porque não se quer que as pessoas tenham a liberdade de fazê-las.

Há hoje certos caminhos que não estavam abertos nos tempos da sociedade feudal, na época da sociedade de status. Todos são livres para mudar seu status (mobilidade social), é isso que distingue o sistema de status do sistema capitalista de liberdade econômica, em que as pessoas só podem culpar a si mesmas se não chegam a alcançar a posição que almejam.

TERCEIRA LIÇÃO: O INTERVENCIONISMO

Intervencionismo = intervencionismo de mercado (nos preços, nos padrões salariais, nas taxas de juros e nos lucros).

A única função legítima do governo deveria ser cuidar da segurança pública).

Os intervencionismos de mercado restringem a supremacia do consumidor.

Consideremos um exemplo de intervencionismo bastante conhecido em muitos países e experimentado, vezes sem conta, por inúmeros governos, especialmente em tempos de inflação. Refiro-me ao tabelamento de preços.

Em geral, os governos recorrem ao controle de preços depois de terem inflacionado a oferta de moeda e de a população ter começado a se queixar do decorrente aumento dos preços. Há muitos e famosos exemplos históricos do fracasso de métodos de tabelamento dos preços, mas mencionarei apenas dois, porque em ambos os governos foram, de fato, extremamente enérgicos ao impor, ou tentar impor, seus controles de preço.

O primeiro exemplo famoso é o caso do imperador romano Diocleciano (244-311), notório como o último imperador romano a perseguir os cristãos. Na segunda metade do século III, os imperadores romanos dispunham de um único método financeiro: desvalorizar a moeda corrente por meio de sua adulteração. Nessa época primitiva, anterior à invenção da máquina impressora, até a inflação era, por assim dizer, primitiva. Envolveria o enfraquecimento do teor da liga metálica com que se cunhavam as moedas, especialmente as de prata. O governo misturava à prata quantidades cada vez maiores de cobre, até que a cor das moedas se alterou e o peso se reduziu consideravelmente. A consequência dessa adulteração das moedas e do aumento associado da quantidade de dinheiro em circulação foi uma alta dos preços, seguida de um decreto destinado a controlá-los. E os imperadores romanos não primavam pela moderação no fazer cumprir suas leis: a morte não lhes parecia uma punição demasiado severa para quem ousasse cobrar preços mais elevados que os estipulados. Conseguiram impor o controle de preços, mas foram incapazes de preservar a sociedade. A consequência foi a desintegração do Império Romano e do sistema da divisão do trabalho.

Quinze séculos depois, a mesma adulteração do dinheiro teve lugar durante a Revolução Francesa. Mas desta vez se utilizou um método diferente. A tecnologia para a produção de dinheiro fora consideravelmente aperfeiçoada. Os franceses já não precisavam recorrer à adulteração da liga metálica empregada na cunhagem das moedas: tinham a máquina impressora. E esta era extremamente eficiente. Mais uma vez, o resultado foi uma elevação dos preços sem precedentes. Entretanto, na Revolução Francesa os preços máximos não foram garantidos pelo mesmo método ao aplicá-los a quem lançara mão o imperador Diocleciano pena capital. Produzira-se um aperfeiçoamento também na técnica de matar cidadãos. Todosse lembram do famoso doutor Joseph-Ignace Guillotin (1738-1814), o inventor da guilhotina. No entanto, apesar da guilhotina, os franceses também fracassaram com suas leis de preço máximo. Quando chegou a vez de Maximilien de Robespierre (1758-1794) ser conduzido numa carroça rumo à guilhotina, o povo gritava: "Lá vai o bandido-mor!"

Se menciono esse fato, é porque é comum ouvir: "O que é preciso para dar eficácia e eficiência ao controle de preços é apenas maior implacabilidade e maior energia". Ora, Diocleciano foi indubitavelmente implacável, como também o foi a Revolução Francesa. Não obstante, as medidas de controle de preço fracassaram por completo em ambos os casos.

Mises vai além na questão do tabelamento de preços explicando que já houve várias tentativas feitas por diferentes governos e o resultado é sempre o mesmo: escassez de produtos.

Finaliza dizendo que em uma economia socialista além do tabelamento de preços, o governo controla: padrões salariais, taxas de juros, em suma, tudo o que compõe o conjunto do sistema econômico.

A ideia da interferência governamental como "solução" para problemas econômicos dá margem, em todos os países, a circunstâncias no mínimo extremamente insatisfatórias e, com frequência, caóticas. Se não for detida a tempo, o governo acabará por implantar o socialismo.

Não obstante, a interferência do governo nos negócios continua a gozar de grande aceitação. Mal acontece no mundo algo que desagrade às pessoas é comum ouvir-se o comentário: "O governo precisa fazer algo a respeito. Para que temos governo? O governo deveria fazer isso". Temos aqui um vestígio característico do modo de pensar de épocas passadas, de eras anteriores à liberdade moderna, ao governo constitucional moderno, anteriores ao governo representativo ou ao republicanismo moderno.

Ao longo de séculos, manteve-se a doutrina - afirmada e acatada por todos de que um rei, um rei ungido, era o mensageiro de Deus; era mais sábio que os súditos e possuía poderes sobrenaturais. Até princípios do século XIX, pessoas que sofriam certas doenças esperavam ser curadas pelo simples toque da mão do rei. Os médicos costumavam ser mais eficazes: mesmo assim, permitiam aos seus pacientes experimentar o rei.

Essa doutrina da superioridade de um governo paternal e dos poderes sobre-humanos dos reis hereditários extinguiu-se gradativamente - ou, pelo menos, assim imaginávamos. Mas ela ressurgiu. O professor alemão Werner Sombart (1863-1941) a quem conheci muito bem -, homem de renome mundial, foi doutor honoris causa de várias universidades e membro honorário da American Economic Association [Associação Econômica Norte-Americana]. Esse professor escreveu um livro que tem tradução para o inglês - publicada em coedição pela Princeton University Press e pela Oxford University Press -, para o francês e provavelmente também para o espanhol. Ou melhor, espero que tenha, para que todos possam conferir o que vou dizer. Nesse livro, publicado não nas "trevas" da Idade Média, mas no nosso século, esse professor de economia diz simplesmente o seguinte: "O Führer, nosso Führer" - refere-se, é claro, a Adolf Hitler - "recebe instruções diretamente de Deus, o Führer do universo".

Já me referi antes a essa hierarquia de führers e nela situei Adolf Hitler como o "Führer Supremo". Entretanto, pelo que nos informa Werner Sombart, há um Führer em posição ainda mais elevada. Deus, o Führer do universo. E Deus, escreve ele, transmite suas instruções diretamente a Hitler. Naturalmente, o professor Sombart não deixou de acrescentar, com muita modestia: "Não sabemos como Deus se comunica com o Führer. Mas o fato não pode ser negado".

Ora, se ficamos sabendo que semelhante livro pôde ser publicado em alemão - a língua de um país outrora exaltado como "a nação dos filósofos e dos poetas" -, e o vemos traduzido em inglês e francês, já não nos espantará que mesmo um pequeno burocrata venha, um dia, a se considerar mais sábio e melhor que os demais cidadãos, e deseje interferir em tudo, ainda que não passe de um reles burocratazinho, em nada comparável ao famoso professor Werner Sombart, membro honorário de tudo quanto é entidade.

Haveria um remédio contra tudo isso? Eu diria que sim. Há um remédio. E esse remédio é a força dos cidadãos: cabe-lhes impedir a implantação de um regime tão autoritário que se arrogue uma sabedoria superior à do cidadão comum. Esta é a diferença fundamental entre a liberdade e a servidão.

As nações socialistas atribuíram a si mesmas a designação de democracia. Os russos chamam seu sistema de democracia popular; provavelmente sustentam que o povo está representado na pessoa do ditador. Penso que um ditador, Juan Domingo Perón aqui na Argentina, recebeu a resposta que merecia quando foi forçado ao exílio em 1955. Esperamos que outros ditadores, em outras nações, recebam resposta semelhante.

QUARTA LIÇÃO: A INFLAÇÃO

Se a quantidade de dinheiro aumenta, o poder de compra da unidade monetária diminui, e a quantidade de bens que pode ser adquirida com uma unidade desse dinheiro também se reduz.

Quando, no século XVI, as reservas de ouro e prata da América foram descobertas e exploradas, enormes quantidades desses metais preciosos foram transportadas para a Europa. A consequência desse aumento da quantidade de moeda foi uma tendência geral à elevação dos preços. Do mesmo modo, quando, em nossos dias, um governo aumenta a quantidade de papel-moeda, a consequência é a queda progressiva do poder de compra da unidade monetária e a correspondente elevação dos preços. A isso se chama de inflação.

Infelizmente, nos Estados Unidos, bem como em outros países, alguns preferem ver a causa da inflação não no aumento da quantidade de dinheiro, mas na elevação dos preços.

Entretanto, nunca se apresentou nenhuma contestação séria à interpretação econômica da relação entre os preços e a quantidade de dinheiro, ou da relação de troca entre a moeda e outros bens, mercadorias e serviços. Nas condições tecnológicas atuais, nada é mais fácil que fabricar pedaços de papel e imprimir sobre eles determinados valores monetários. Nos Estados Unidos, onde todas as notas têm o mesmo tamanho, imprimir uma nota de mil dólares não custa mais ao governo que imprimir uma de um dólar. Trata-se exclusivamente de um processo de impressão, a exigir, nos dois casos, idênticas quantidades de papel e de tinta.

Não há maneira secreta para a solução dos problemas financeiros de um governo. Se necessita de dinheiro, tem de obtê-lo cobrando impostos dos cidadãos (ou, sob condições especiais, tomando empréstimo das pessoas que têm dinheiro). No entanto, muitos governos, e podemos até mesmo dizer, a maioria dos governos creem que existe outro método para obter o dinheiro necessário; simplesmente, imprimi-lo.

Quando o governo cobra impostos dos cidadãos e aplica essa soma no aumento do salário de seu pessoal, os contribuintes passam a ter menos o que gastar, mas os funcionários públicos passam a ter mais: os preços em geral não subirão.

No entanto, se o governo recorre a dinheiro recém-impresso, conseqüentemente, algumas pessoas começam a ter mais dinheiro, enquanto todas as demais continuam a ter o mesmo que antes. Assim, as que receberam o dinheiro recém impresso vão competir com aquelas que eram compradoras anteriormente. E uma vez que não há

maior número de mercadorias que antes, mas há mais dinheiro no mercado e uma vez que há pessoas que podem agora comprar mais do que ontem - haverá uma demanda adicional para uma quantidade inalterada de bens. Consequentemente, os preços tenderão a subir.

Há, todavia, algo ainda mais importante. Essa tendência de elevação dos preços se estabelecerá passo a passo, uma vez que não se trata de um movimento ascendente geral desse tão falado "nível dos preços". Esta expressão metafórica nunca deveria ser usada.

Quando se fala de "nível dos preços", a imagem que as pessoas formam mentalmente é a de um líquido que sobe ou desce, segundo o aumento ou a redução de sua quantidade, mas que, como um líquido num reservatório, se eleva sempre por igual. Mas, no caso dos preços, nada há que se assemelhe a "nível". Os preços não se alteram na mesma medida e ao mesmo tempo. Há sempre preços que mudam mais rapidamente, caem ou sobem mais depressa que outros. E há uma razão para isso.

As pessoas não compram num mesmo dia precisamente as mesmas mercadorias e nas mesmas quantidades.

Aqueles para quem o dinheiro chega em primeiro lugar têm sua renda aumentada e podem continuar comprando muitas mercadorias e serviços a preços que correspondem ao estado anterior do mercado, à situação vigente às vésperas da inflação. Encontram-se, portanto, em situação privilegiada. E assim a inflação se expande, passo a passo, de um grupo para outro da população.

Há outros grupos da população para quem esse dinheiro chega muitíssimo depois. Essas pessoas se veem numa situação desfavorável. Antes de terem acesso ao dinheiro adicional, são obrigadas a pagar preços mais altos que os anteriores.

Só o governo e ninguém mais pode ser considerado culpado e responsável pelo estabelecimento da inflação.

Haverá sempre desigualdade no processo inflacionário.

O governo pode considerar que, como método de arrecadar fundos, a inflação é melhor que a tributação: esta é sempre impopular e de difícil execução. Em muitas nações grandes e ricas, os legisladores muitas vezes discutiram, por meses a fio, várias modalidades de novos impostos, tornados necessários em decorrência de um aumento de gastos decidido pelo parlamento. Após discutir inúmeros métodos de angariar dinheiro por meio da tributação, finalmente chegaram à conclusão de que talvez o melhor fosse obtê-lo via inflação.

É evidente que a palavra "inflação" não era pronunciada. Um político no poder, ao recorrer à inflação, não declara: "Vou adotar a inflação como método. Os procedimentos técnicos empregados na produção da inflação são tão complexos, que o cidadão comum não percebe quando ela teve início.

Uma das maiores inflações da história, a que teve lugar no Reich alemão após a Primeira Guerra Mundial, não teve seu pico durante a guerra. Foram os níveis a que chegou no pós-guerra que ocasionaram a catástrofe. O governo não anunciou: "Vamos lançar mão da inflação". Simplesmente tomou dinheiro emprestado,

indiretamente, do banco central. Não lhe competia perguntar como o banco central reuniria e liberaria aquela soma. E o banco central simplesmente a imprimiu.

Hoje, as técnicas de produção da inflação têm como complicadores a existência da moeda fiduciária.

Isso envolve outra técnica, mas o efeito é o mesmo. Com uma penada, o governo cria moeda fiduciária, aumentando assim o volume de moeda e de crédito. Basta-lhe emitir a ordem, e lá está a moeda fiduciária.

O povo, quando deixa de acreditar que o governo será capaz de deter a inflação, ou mesmo que ele tenha qualquer intenção de detê-la, começa a se dar conta de que os preços amanhã serão mais altos que hoje. As pessoas põem-se, então, a comprar a quaisquer preços, provocando uma alta em níveis tais que o sistema monetário entra em colapso.

Lorde Keynes, o mesmo homem que disse que no longo prazo estaremos todos mortos, foi um representante do extenso rol de autores inflacionistas do século XX. Todos combateram o padrão-ouro. Ao atacá-lo, Keynes chamou-o de "reliquia bárbara". Mesmo hoje, a grande maioria das pessoas considera ridículo falar de um retorno ao padrão-ouro. Nos Estados Unidos, por exemplo, poderemos ser considerados como sonhadores se dissermos: "Mais cedo ou mais tarde, os Estados Unidos terão de retornar ao padrão-ouro".

No entanto, o padrão-ouro tem uma extraordinária virtude: na sua vigência, a quantidade de dinheiro disponível é independente das políticas governamentais e dos partidos políticos. Essa é a sua vantagem. Constitui uma forma de proteção contra governos gastadores. Sob o padrão-ouro, se um governo resolve fazer gastos em um novo empreendimento, o ministro das finanças pode perguntar: "E onde vou conseguir o dinheiro? Diga-me, primeiro, onde encontrarei dinheiro para esse gasto adicional".

Num sistema inflacionário, nada é mais simples para os políticos que ordenar ao órgão governamental encarregado da impressão do papel-moeda a emissão de quanto dinheiro lhes seja necessário para seus projetos. O padrão-ouro é muito mais propício a um governo financeiramente seguro: seus titulares podem dizer ao povo e aos políticos: "Não podemos fazer tal coisa, salvo se aumentarmos os impostos".

"É dever do cidadão manter o governo, mas não dever do governo manter os cidadãos". Estas são palavras que todo estadista deveria escrever numa parede de seu gabinete, para mostrar aos que viessem pedir dinheiro.

Sinto-me bastante embaraçado diante da necessidade de simplificar essas questões. São tantos e tão complexos os problemas envolvidos no sistema monetário! E certamente não teria escrito volumes inteiros a respeito deles se fossem tão simples quanto parecem sê-lo aqui. Mas os fundamentos são precisamente estes: aumentando-se a quantidade de dinheiro, provocar.

Lamentavelmente temos hoje, em quase todos os países do mundo, um segundo poder, depois do governo, com condições para exercer a força: são os sindicatos trabalhistas. Essas entidades determinam os salários, bem como as greves que os devem impor, da mesma maneira que o governo poderia decretar um salário mínimo. Não discutirei o sindicato agora; tratarei dele depois. Quero apenas deixar claro que a política sindical consiste em elevar os padrões salariais acima do nível que estes

alcançariam num mercado desobstruído. Em consequência disso, uma parte considerável da população potencialmente ativa só pode ser empregada por pessoas físicas ou por indústrias que tenham condições de suportar prejuízos. E uma vez que os negócios não têm como se manter sob a sangria de prejuízos, fecham as portas e os trabalhadores perdem o emprego. A fixação de padrões salariais superiores aos que se estabeleceriam num mercado desimpedido redundaria inevitavelmente no desemprego de parcela ponderável da população ativa.

O único método que permite a instauração de uma situação de "pleno emprego" é a preservação de um mercado de trabalho livre de empecilhos. Isso se aplica a todo gênero de trabalho e a todo gênero de mercadoria.

QUINTA LIÇÃO: O INVESTIMENTO ESTRANGEIRO

O padrão de vida é mais baixo nos chamados países em desenvolvimento porque os salários médios para os mesmos gêneros de trabalho são mais baixos nesses países que em alguns outros da Europa Ocidental, que no Canadá, no Japão, e especialmente nos Estados Unidos.

A diferença, repetimos, não reside na inferioridade pessoal nem na ignorância. A diferença está na disponibilidade de capital, na quantidade acessível de bens de capital. Em outras palavras, o montante de capital investido per capita é maior nas chamadas nações avançadas que nas nações em desenvolvimento.

É óbvio que cem homens que trabalhem numa fábrica de calçados nos Estados Unidos produzam muito mais, no mesmo prazo, que cem sapateiros na Índia, obrigados a utilizar ferramentas antiquadas, num processo menos sofisticado.

O investimento estrangeiro significava que capitalistas britânicos investiam capital britânico em outras partes do mundo (gás e ferrovias, principalmente).

Não são poucos os que acreditam ser vergonhoso ou degradante ter capital estrangeiro operando em seu país. Devemos nos dar conta de que em todos os países, exceto a Inglaterra, o investimento de capital de origem estrangeira sempre desempenhou um papel da mais considerável importância para a implantação de indústrias modernas.

Se afirmo que o investimento estrangeiro foi o maior acontecimento histórico do século XIX, faço-o no desejo de lembrar tudo aquilo que nem sequer existiria se não tivesse havido nenhum investimento estrangeiro. Todas as estradas de ferro, inúmeros portos, fábricas e minas da Ásia, o Canal de Suez e muitas outras coisas no hemisfério ocidental não teriam sido construídas, não fosse o investimento estrangeiro.

A tributação progressiva da renda e dos lucros tem como resultado o fato de que precisamente aquelas parcelas da renda que se tenderia a poupar e a investir são consumidas no pagamento de tributos. Tomemos o exemplo dos Estados Unidos. Há alguns anos, havia um imposto sobre "excesso de lucros": de cada dólar ganho, a companhia restavam apenas dezoito centavos de dólar. Quando esses 18 centavos eram pagos aos acionistas, aqueles que possuíam um grande número de ações tinham de pagar, sobre essa cota, como imposto, um percentual de 16%, 18% ou até mais. Assim, de um dólar de lucro, aos acionistas restavam cerca de sete centavos de dólar, ficando o governo com os 93 restantes. A maior parte desses 93% que, nas

mãos do acionista, teria sido economizada e investida, é utilizada pelo governo nas despesas comuns. É esta a política dos Estados Unidos. Ela é insana.

Como podem estes países (em desenvolvimento) falar de industrialização, da necessidade de criar novas fábricas, de atingir melhores condições econômicas, de elevação do padrão de vida, de obtenção de salários mais elevados, de implantar melhores meios de transporte, se adotam uma prática que terá exatamente o efeito oposto? O que suas políticas fazem efetivamente, quando criam obstáculos ao ingresso do capital estrangeiro, é impedir ou retardar a acumulação interna de capital.

Tendo em vista a enorme importância do investimento estrangeiro, percebendo com clareza que só ele pode trazer melhorias para as condições políticas e econômicas do mundo, precisamos tentar fazer algo em termos de legislação internacional.

Uma única coisa falta para tornar os países em desenvolvimento tão prósperos quanto os Estados Unidos: capital. No entanto, é imprescindível que haja liberdade para empregá-lo sob a disciplina do mercado, não sob a do governo. É preciso que estas nações acumulem capital interno e viabilizem o ingresso do capital estrangeiro.

No entanto, faz-se necessário frisar, mais uma vez, que o desenvolvimento da poupança interna só tem lugar quando as camadas populares se sentem respaldadas por um sistema econômico que propicie a existência de uma unidade monetária estável. Em outras palavras, não se pode admitir nenhuma modalidade de inflação.

O requisito fundamental para que haja, no mundo, uma maior igualdade econômica é a industrialização. E esta só se torna possível quando há maior acumulação e investimento de capital. Talvez eu os tenha surpreendido por não mencionar uma medida reputada primordial na industrialização de um país: o protecionismo. Mas as tarifas e controles do câmbio exterior são exatamente meios de impedir a importação de capital e a industrialização do país. A única maneira de fomentar a industrialização é dispor de mais capital. O protecionismo não faz mais que desviar investimentos de um ramo de negócios para outro.

Por si mesmo, o protecionismo não acrescenta coisa alguma ao capital de um país. Para implantar uma nova fábrica, precisa-se de capital. Para modernizar uma já existente, precisa-se de capital, não de tarifas.

A proteção não introduz melhoras na situação econômica de um país. Também o sindicalismo certamente não promove melhoria alguma nessa situação.

Igualmente ineficazes são os decretos governamentais que estipulam pisos salariais. O que os sindicatos conseguem de fato produzir (quando são bem-sucedidos na luta pela elevação dos salários) é um desemprego duradouro, permanente.

As nações só têm uma maneira de alcançar a prosperidade: por meio do aumento do capital, com o decorrente aumento da produtividade marginal e o crescimento dos salários reais. Num mundo sem barreiras migratórias, haveria uma tendência à equiparação dos padrões salariais de todos os países.

Há outro caminho capaz de levar à equiparação salarial no mundo inteiro. E este outro caminho, que passa a valer quando não existe a liberdade para migrar, é a migração de capital. Os capitalistas tendem a se deslocar para aqueles países onde a mão de

obra é abundante e barata. E, pelo próprio fato de introduzirem capital nesses países, provocam uma tendência à elevação dos salários.

Concordo plenamente com os comunistas e com os sindicalistas quando proclamam que é necessário elevar o padrão de vida.

Mas discordo no tocante às medidas a serem adotadas para a consecução desse objetivo. Que medidas levarão a atingir esta meta? Certamente não é a proteção, nem a interferência governamental, nem o socialismo, ou a violência dos sindicatos (eufemisticamente chamada de acordo coletivo, mas que se constitui, de fato, numa barganha sob a mira do revólver).

Alcançar a meta final de elevação do padrão de vida em toda parte é um processo bastante lento. Para alguns, talvez demasiadamente lento. No entanto, não há atalhos para o paraíso terrestre. Leva tempo, é necessário trabalhar.

SEXTA LIÇÃO: POLÍTICA E IDEIAS

Não existe separação da dimensão política da dimensão econômica.

O estadista do século XVIII pensava que os legisladores tinham ideias específicas sobre o bem comum. Hoje, entretanto, constatamos, na realidade da vida política uma situação em que já não existem partidos políticos autênticos, no velho sentido clássico, mas tão somente grupos de pressão.

Num sistema baseado na divisão do trabalho, todo grupo especial que almeja privilégios não pode deixar de ser uma minoria. E as minorias não têm nenhuma possibilidade de êxito, senão pela colaboração com outras minorias congêneres, ou seja, com outros grupos de pressão semelhantes.

Só uma coisa não está representada no legislativo: a nação como um todo.

Essas mudanças políticas, fruto do intervencionismo, reduziram consideravelmente o poder que têm as nações e os parlamentares para resistir às aspirações de ditadores e às ações de tiranos. Há representantes em órgãos legislativos exclusivamente interessados em satisfazer eleitores que desejam, por exemplo, um preço alto para o açúcar, para o leite e para a manteiga, e um preço baixo para o trigo (subsidiado pelo governo). Estes parlamentares nunca poderão representar verdadeiramente o povo: jamais lhes será possível representar a totalidade de seu eleitorado.

O que gerou a decadência do Império Romano? Por um lado, houve intervencionismo (controle de preços); por outro, inflação (enfraquecimento da liga metálica com que se cunhavam as moedas).

O resultado, obviamente, foi que a oferta de produtos alimentícios nas cidades reduziu-se. As populações urbanas foram obrigadas a retornar ao campo e às atividades agrícolas. Os romanos nunca se deram conta do que estava ocorrendo. Não compreenderam. Não tinham desenvolvido instrumentos mentais que lhes permitissem interpretar os problemas da divisão do trabalho e as consequências da inflação no mercado de preços. Tinham, no entanto, clareza suficiente para reconhecer o quanto era nefasta aquela inflação e deterioração da moeda corrente.

Os imperadores, então, baixaram leis que proibiam o deslocamento dos habitantes da cidade para o campo, mas tais leis não tiveram efeito. Aliás, não havia lei capaz de impedir que as pessoas que passavam fome, pois nada tinham para comer, abandonassem a cidade e retornassem à agricultura. O habitante da cidade já não podia trabalhar nas indústrias urbanas de processamento como artesão. Os prejuízos dos mercados nas cidades eram tais que já se tornara impossível comprar qualquer mercadoria.

Assim, do século III em diante, as cidades do Império Romano entraram em decadência, e a divisão do trabalho tornou-se muito mais precária que a de antes. Finalmente, o sistema medieval da casa de família autossuficiente, a villa, como foi chamada em leis posteriores, emergiu.

Portanto, se compararmos nossas condições com as do Império Romano, teremos razões para dizer: "Iremos pelo mesmo caminho".

Somente as boas ideias podem iluminar a escuridão.

As diferenças entre as condições atuais e as de Roma do século III são enormes, porque as medidas que causaram a desintegração do Império Romano não foram premeditadas. Não foram, diria, o resultado de doutrinas condenáveis bem formalizadas.

As ideias intervencionistas, as ideias socialistas, as ideias inflacionistas de nossos dias foram engendradas e formalizadas por escritores e professores. E são ensinadas nas universidades. Poder-se-ia então observar: "A situação atual é muito pior". Eu respondo: "Não, não é pior". É melhor, em minha opinião, porque ideias podem ser derrotadas por outras ideias. Ninguém duvidava, na época dos imperadores romanos, de que a determinação de preços máximos era uma boa política, e de que assistia ao governo o direito de adotá-la. Ninguém discutia isso.

Agora, entretanto, temos escolas, professores e livros prescrevendo tais e tais caminhos, e sabemos muito bem que se trata de um problema a discutir. Todas essas ideias nefastas que hoje nos afligem, que tornaram nossas políticas tão nocivas, foram elaboradas por teóricos do meio acadêmico.

Devemos substituir as ideias errôneas por outras melhores, devemos refutar as doutrinas que promovem a violência sindical. É nosso dever lutar contra o confisco da propriedade, o controle de preços, a inflação e contra tantos outros males que nos assolam.